

## Misoginia e discurso de ódio no Governo Bolsonaro: Notas a partir de Foucault e Butler<sup>1</sup>

*Misogyny and hate Speech in the Bolsonaro Government: Notes from Foucault e Butler*

Cristiane Maria MARINHO

Professora Emérita da Universidade Estadual do Ceará

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás.

E-mail: cmarinho2004@gmail.com

### RESUMO:

Este artigo problematiza o discurso de ódio e misógeno do ex Presidente da República Bolsonaro a partir de alguns conceitos foucaultiano e butleriano, compreendendo, com Foucault, que o discurso não é uma expressão de um sujeito individual, mas expressão das relações de poder e decisivo nos processos de subjetivação. Com Butler, exploro o conceito de performatividade no discurso de ódio e suas consequências sobre o fortalecimento da violência de gênero. Os aportes teóricos para a análise remetem a passagens dos livros *A ordem do discurso*, *Arqueologia do saber*, alguns textos do *Ditos e Escritos* e do *Discurso de ódio: uma política do performativo*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Misoginia, Discurso de ódio, Bolsonaro, Foucault, Butler.

### ABSTRACT:

This article problematizes the hateful and misogynistic speech of the former president of the republic Jair Bolsonaro based on some Foucaultian and Butlerian concepts, understanding with Foucault, the discourse is not an expression of an individual subject, but is a expression of the power relations and decisive in the subjectivation processes. With Butler, I explore the concept of performativity in the hate speech and its consequences on the strengthening of gender violence. The theoretical contributions to the analysis refer to passages from the books *A ordem do discurso*, *Arqueologia do saber*, some texts from the *Ditos e Escritos* and from *Discurso de ódio: uma política do performativo*.

**KEYWORDS:** Misogyny, hate speech, Bolsonaro, Foucault, Butler.

### INTRODUÇÃO

Ao definir a análise de práticas que naturalizam interpretações racistas e sexistas, não houve concorrentes para o misógeno, racista e sexista Jair Messias Bolsonaro. De uma maneira geral, as pessoas

---

<sup>1</sup> Parte desse artigo foi apresentada no XIII Colóquio Internacional Michel Foucault, evento intitulado *Políticas de nós mesmos: verdade e diferença em Michel Foucault*, no período de 15 e 18 de outubro de 2024, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), organizado pela Professora Dra. Margareth Rago.

atribuem as falas misóginas de Bolsonaro à sua personalidade “espontânea”, “de homem do povo”, que “conversa com as pessoas mais humildes”. Ou seja, o discurso misógino de Bolsonaro é tido como uma expressão individual, subjetiva, com a espontaneidade do homem do povo.

Contudo, em uma perspectiva foucaultiana e butleriana, o discurso não é simplesmente uma expressão de um sujeito individual, mas sim que o discurso expressa suas relações com o poder e com os processos de subjetivação. Conforme Bert, “[...] os discursos só são analisáveis sob um feixe de explicações que ligam as instituições, os processos econômicos e sociais, as formas de comportamento, os sistemas de normas, as técnicas e os tipos de classificações” (2013, p. 182).

Como aportes teóricos para análise das falas do discurso de ódio bolsonarista, recorri a passagens dos livros de Michel Foucault: *A ordem do discurso*, *Arqueologia do saber* e alguns textos do *Dits et écrits* e, também, utilizei o livro *Discurso de ódio: uma política do performativo*, de Judith Butler, o qual compreendo ser um livro fundamental para a presente problematização. Com Foucault, busco apresentar o discurso misógino como uma articulação dos fatos na composição dos mecanismos de poder e também formador de subjetividades. Em Butler, exploro o conceito de performatividade no discurso de ódio, suas consequências sobre o fortalecimento da violência de Gênero e fator de continuidade dos discursos de exclusão de alguns segmentos da sociedade. Não comentarei ponto a ponto as declarações misóginas bolsonaristas, mas as tratarei de uma maneira mais geral, apresentando as causas e as consequências dessas falas a partir das perspectivas teóricas indicadas.

## 1- BOLSONARO, MISOGINIA E SEU DISCURSO DE ÓDIO

Não foi preciso muito esforço para encontrar falas e ações deste personagem para exemplificar a análise do discurso foucaultiano e butleriano, pois, por diversas vezes, antes, durante e depois do seu exercício como Presidente da República do Brasil, Bolsonaro proferiu falas misóginas em diversos espaços públicos e em diferentes situações, além de cometer também agressões físicas, tendo sempre as mulheres como alvo de seus discursos e práticas de ódio.

Farei, então, uma breve retrospectiva cronológica, na qual retomo algumas falas e ações misóginas bolsonaristas como exemplos e, logo após, passarei às análises teóricas.

- Em 1998, sendo deputado federal, Jair Bolsonaro agrediu uma mulher em via pública, por motivo fútil. Contudo, apesar da violência física sofrida, aquela senhora declarou seu voto ao agressor quando candidato à Presidência da República, dizendo que ele era o único a não querer o mal para a família.

- No ano de 2011, no programa Custe o que Custar, na Band TV, seu discurso foi agressivo, misógino, sexista e homofóbico. A vítima foi a apresentadora Preta Gil, que o entrevistava. Quando perguntado como reagiria se seus filhos se envolvessem com uma mulher negra, o então deputado disparou: “Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”. Na mesma época, Bolsonaro também declarou que nunca havia passado pela sua cabeça ter um filho gay, pois eles tiveram uma “boa educação” e pai presente. E, da mesma forma, também jamais iria à um “desfile” gay porque não promoveria “maus costumes”.
- Em 2014 houve outro episódio emblemático, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) usa de discurso de violência de gênero contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS), ao afirmar que não a estupraria por ela não merecer, pois era feia. O ataque ocorreu na tribuna da Câmara dos Deputados, no momento de comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos e da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV): “Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”. Em seguida, ainda, chamou a deputada de “vagabunda”.
- Em outra entrevista polêmica dada por Bolsonaro, já como Presidente, falou sobre a dificuldade de ser patrão no Brasil, pois há um excesso de direitos trabalhistas e, por isso, para não atrapalhar a produtividade, era melhor evitar contratar mulher, já que a licença-maternidade afetaria o ganho do patrão: “Quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que q é que o empregador pensa? “Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade, bonito para c\*, para c\*’. Quem que vai pagar a conta? É o empregador”. Fica claro que, para o político, as mulheres trabalhadoras que decidem ser mães deveriam ganhar menos e, caso não estejam contentes, que busquem outro emprego”.
- Em 2017, em palestra ministrada no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro ampliou a lista de frases misóginas, ao falar do gênero de seus filhos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei **uma fraquejada** e veio uma mulher”. Da mesma forma, em 2019, essa lista recebe mais um reforço, só que agora de uma forma a querer esconder a própria misoginia do seu governo: "Pela primeira vez na vida, o

número de ministros e ministras está equilibrado”. De 22 ministros do Executivo, Bolsonaro nomeou apenas duas mulheres: Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). O “equilíbrio” referido por Bolsonaro foi justificado, segundo ele, pela “energia” das duas ministras.

- De outra feita, ainda em 2019, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres foram, simultaneamente, alvo da insânia discursiva bolsonarista, quando, em uma entrevista sobre turismo em nosso País, o então Presidente responde que o Brasil não poderia ser um país de turismo gay, mas “... quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”. A fala ofensiva foi recebida pelos movimentos feministas, muito acertadamente, como uma apologia à exploração sexual das mulheres em terras brasileiras, bem como incentivo ao estupro e abuso de meninas e mulheres negras, as mais vulneráveis, conforme mostram as estatísticas.
- Em 2020, Bolsonaro comenta o depoimento da acusação que Hans River fez à jornalista Patrícia Campos Mello, Folha de São Paulo, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) das fake news e caixa 2 do governo. A acusação foi que a jornalista teria oferecido favores sexuais em troca de informações privilegiadas. O comentário do Presidente foi uma injúria misógina sexualizada: “Ela [Patrícia] queria um furo. Ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim”. Por sua vez, os seguidores e apoiadores de Jair Bolsonaro não ficaram calados e levantaram a hashtag #FolhaPutinhaDoPT e, dentre outros impropérios, chamaram a jornalista de “Putá vagabunda”.

## 2.1- FOUCAULT E A (DES)ORDEM DO DISCURSO

É imperativo compreender que o sujeito falante e misógino que é Bolsonaro não é o centro do problema e sim as relações de poder que estão atravessadas na constituição desse sujeito e como essas relações de força determinam o conjunto social como um todo e também interferem na produção dos sujeitos. Nesse sentido, diz Foucault (2001):

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm” (p. 662)

Neste mesmo ano, Foucault explica que não busca encontrar atrás do discurso o que seria o poder e sua fonte, porque não lança mão de uma descrição fenomenológica ou de qualquer outro método

interpretativo, pois parte do próprio discurso. É a descrição fenomenológica quem busca deduzir do discurso o que diz respeito ao sujeito falante, suas intencionalidades e a formação de seu pensamento. Inversamente, afirma o filósofo:

O tipo de análise que eu pratico não se ocupa do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (Foucault, 2001, p. 464).

Na *História da Sexualidade* volume I, 1976, Foucault já afirmava “Não há de um lado o discurso e de outro o poder, opostos um ao outro. Os discursos são elementos ou blocos de táticas no campo de relações de força” (p. 134). Por sua vez, o Discurso como processo de subjetivação também estão presentes nos volumes I e II da História da sexualidade e na Hermenêutica do sujeito. Neles Foucault se ocupa da função do discurso, sempre atravessado pelas relações de poder, como formador de subjetividades.

No início da década de 1970, Foucault passa a tratar, mais específica e explicitamente, sobre o poder, o que fica claro na sua abordagem durante a Conferência *A ordem do discurso* (1970) e no *Curso Lições sobre a vontade de saber* (1971), nos quais há uma análise do saber, do conhecimento e do discurso a partir de suas funções estratégicas, ou seja, dos efeitos de poder que produzem (cf. Castro, 2014). Contudo, “seria errôneo pensar que em determinado momento Foucault introduz um problema que antes estava ausente, como o do poder, e tudo muda, o arqueólogo se torna de um golpe genealogista e as investigações precedentes são deixadas de lado” (Castro, 2014, p. 74-75).

No universo foucaultiano, a validade de uma discussão sobre heterotopia política, como resultante das lutas de resistências, envolvendo os processos de subjetivação na perspectiva de uma estética da existência, se baseia em uma ontologia crítica, histórica e prática de nós mesmos, na qual a transcendência e os fundamentos metafísicos estão ausentes. Dessa forma, é possível pensar essa agonística ético-política no âmbito da ontologia crítica do presente, entre os saberes e os poderes e entre as práticas discursivas e não discursivas, entre os dispositivos e as normas, ficando questionado, em Foucault, o essencialismo da ideia universal de homem e de sujeito cartesiano.

Na sociedade disciplinar, na sociedade de controle, na sociedade biopolítica, enfim, onde o poder se exerce e se espalha, o corpo se constitui como uma capilaridade, um prolongamento do exercício do poder, um fio da ponta da capilaridade do poder. Para Foucault, no entanto, os processos de

subjetivação identitária também podem fazer do sujeito a ponta mais extrema do exercício dos poderes, uma espécie de braço avançado do poder biopolítico na pele do disciplinado, caso a identidade caia num identitarismo, ou seja, sem reconhecimento da interdependência entre as identidades.

O universo de poder não existe somente como exercício do poder econômico sobre a estrutura ideológica, mas age diretamente sobre as subjetividades, a partir de dispositivos de produção de subjetividade. O intuito de “capitalizar poder subjetivo” é que o sujeito e seu corpo sejam transformados em dobradiça do exercício do poder (Marinho, 2015). E isso ocorre, nitidamente, na conjuntura da governamentalidade neoliberal, a qual tem por centro de exercício do poder os processos de subjetivação.

Nesse sentido, Foucault, com as ideias a respeito da “produção discursiva do sujeito”, concorda que existe uma subordinação fundadora no processo de subjetivação (*assujettissement* em francês), apesar de poder e discurso não serem nem singulares e nem soberanos em sua ação produtiva. Para Butler (2021), Foucault teria desenvolvido sua noção de discurso para refutar o modelo soberano do discurso linguístico e da figura centralizada do Estado, inclusive na produção das subjetividades.

No texto *O sujeito e o poder*, Foucault “assinala a história de como os seres humanos tornam-se sujeitos e discorre sobre o poder existente sob a forma de relações perpassadas pelos discursos” (Fernandes, 2011, p. 4). Dessa forma, analisar o discurso remete à análise das relações de poder, seus enunciados e sua produção de realidade, incluindo a subjetiva. Nesse sentido,

É no social que se definem as posições-sujeito, não fixas, marcadas por mutabilidade, e a análise de discursos deve fazer aparecer esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas, e também suas implicações e/ou determinações na produção da subjetividade. Não se trata, seguramente, de pontos fixos característicos dos sujeitos, trata-se de movência, de deslocamentos e transformações constantes na constituição dos sujeitos e na produção da subjetividade pelos discursos (Fernandes, 2011, p. 5).

Nesse sentido, mesmo que Foucault não tenha tratado explicitamente da performatividade do discurso, é inegável que ele compreende a capacidade do discurso fazer produzir realidades, inclusive os processos de subjetivação, bem como compreende o discurso não somente como linguagem falada, mas também como linguagem material, como as instituições, por exemplo. E, na perspectiva foucaultiana, discurso sempre como elemento atrelado às relações de poder. Butler retoma essa perspectiva de Foucault e a redimensiona em uma análise marcada pela performatividade austriana, como veremos a seguir.

## 2.2- BUTLER: A PERFORMATIVIDADE NO DISCURSO DE ÓDIO E O ÓDIO NO DISCURSO

## MISOGINIA E DISCURSO DE ÓDIO NO GOVERNO BOLSONARO: NOTAS A PARTIR DE FOUCAULT E BUTLER. EK25047

No livro *Discurso de ódio: uma política do performativo*, publicado em 1997, mas só traduzido no Brasil em 2021, Butler analisa o ódio que se expressa pela linguagem e sua materialização performativa. Ou seja, a fala acaba por fazer acontecer e nunca é neutra. Uma das questões tratadas pela filósofa, e pertinente à minha discussão, é que o discurso de ódio busca constituir o sujeito em uma posição subordinada, abrindo a possibilidade de que sua subordinação invalide uma resposta crítica à injúria de ódio. Prevalecendo, então, a autoridade do discurso de ódio e os resultados a que queria obter.

O discurso de ódio (*hate speech*) busca ofender, injuriar, demonstrar preconceito, discriminar. Mesmo assim, é defendido pelas pessoas que acreditam que qualquer discurso, incluindo o de ódio, é e deve ser tido como a livre expressão do pensamento, como um produto cultural que é tomado como verdadeiro e tendente a ser naturalizado. O discurso do ódio é feito com palavras de insultos com o objetivo de ofender e intimidar pessoas, discriminando sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, com o objetivo de instaurar a violência e o ódio contra essas pessoas. Se, inicialmente, o discurso de ódio se dirige a um indivíduo para constranger e fragilizar, na realidade o objetivo político do discurso de ódio da extrema direita é direcionado a um grupo social, objetivando instigar o ódio da sociedade por esse grupo marginalizado.

A minha chave de leitura sobre o discurso de ódio, em Judith Butler, parte de sua interpretação da teoria dos atos de fala, performatividade, de John L. Austin, que pertence à vertente da filosofia pragmática da linguagem de Wittgenstein, a qual discorda da ideia tradicional que afirma haver diferença entre ideia e ação, pois é o uso das palavras que determina o seu próprio sentido. Para Austin, diversamente, a linguagem não é mera transmissão neutra de ideias, pois ela interfere na conduta física e detém um poder de violência que ela própria pode ressignificar. Ou seja, a linguagem passa a ser uma atividade performática que age sobre a realidade e a modifica, dependendo da vontade de seu agente.

Butler interpreta o discurso de ódio a partir de uma ótica performativa específica que tem por base que o *hate speech* é, como ato de fala, principalmente, uma espécie de injúria verbal. A filósofa busca compreender a existência do discurso de ódio e a força da violência de sua linguagem nas relações intersubjetivas. Daí vem sua compreensão do discurso de ódio como injúria verbal, o que possibilita, também, a sua criminalização, posto que é um crime à dignidade do injuriado. Por isso, também desenvolve reflexões em torno de formas de combate aos ditos injuriosos e salienta o controverso fato de que a injúria também é responsável pelo reconhecimento do sujeito (Cf. Butler, 2021, p. 12).

Contudo, a autora não quer simplesmente saber quais palavras ferem, mas sim analisar qual a capacidade de ferir que a linguagem possui. Da mesma forma, sua análise não se restringe somente às relações intersubjetivas, pois está em jogo no pronunciamento do *hate speech* o que Austin chamou de

situação total de fala, ou seja, a tradição em que a injúria foi gestada historicamente. Sendo a injúria a repetição de um passado remoto que citamos (citacionalidade) e o reconstituímos e o fortalecemos a partir do discurso de ódio direcionado a alguém.

Na compreensão de Butler, a partir de Austin, a força ilocucionária (a palavra faz acontecer) de uma injúria advém do espaço e do tempo históricos do ódio que recuperamos por intermédio dos rituais em que ofendemos com injúrias. E é a partir da repetição desse ritual que fortalecemos a sobrevivência de determinada injúria e a reconstituímos. Contudo, é importante lembrar que, para Butler, a situação de fala também não é um simples contexto para o injuriado, o aspecto psíquico do destinatário da injúria fica abalado e a injúria dita também dói fisicamente:

Ser ferido pelo discurso é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está. [...]. Ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido, mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito do discurso (Butler, 2021, p. 15).

Todavia, é ainda fundamental compreender que, para Butler, apesar de acreditar na existência de uma força ilocucionária violenta da linguagem, presente e expressa no uso agressivo da interpelação, o discurso de ódio não tem eficácia absoluta, ou seja, ele pode falhar. Trata-se de afirmar a vulnerabilidade linguística que, em grande medida, é determinada pelo corpo e pela ameaça trazida pelo discurso de ódio.

A vulnerabilidade linguística pode resultar da ausência de controle do corpo, mas também da sua presença, pois o *hate speech* é um ato corporal. Assim, um enunciado injurioso não é, necessariamente, uma ameaça linguística a ser executada, mas possibilita a sua realização quando se apresenta junto ao corpo. É esse corpo sem controle, “ponto cego” do discurso, que possibilita o erro de não reproduzir a força ilocucionária do enunciado da tradição em forma ritualística, possibilitando, assim, a falha no discurso.

Outro elemento que Butler traz para explicar a vulnerabilidade linguística diz respeito ao emissor dos ditos injuriosos, o sujeito. Este falante não é um sujeito soberano, autônomo, de fala própria e autoral. Inversamente, tudo o que ele pronuncia faz parte de uma cadeia ritualística de conteúdo histórico, repetida pelos falantes e que só reforça o poder discriminatório e injurioso do poder dos preconceitos da tradição. Contudo, essa historicidade do discurso de ódio não tira a responsabilidade do falante, pois ele não está obrigado a proferir os enunciados injuriosos.

É, precisamente, a vulnerabilidade linguística formada por esses acontecimentos que possibilita: ressignificar as palavras de ódio; fazer uma reapropriação do poder injurioso; renovar a acolhida da herança da tradição. Em termos práticos e políticos, a vulnerabilidade linguística também

abre espaço para: o desenvolvimento da criação de movimentos de resistência, como é o caso das políticas performativas em Butler; os movimentos sociais; as Políticas Públicas; o Direito e as questões jurídicas; resistências estatais ou civis; reapropriação de termos cooptados pelos discursos de ódio.

Contudo, a performatividade do discurso de ódio tem grande alcance e consequências danosas em função do seu potencial destrutivo e de controle, aumentando os desafios postos para a constituição de gêneros, considerando a formação de uma sociedade heteropatriarcal.

A consequência maior desses discursos é a violência que segue à incitação ao ódio: violência física, violência moral, violência política, violência ética. Todavia, a violência simbólica passa a ser concreta e chega até à morte física, como é o caso de alguns grupos discriminados pelo discurso de ódio e exclusão. No caso do reforço do patriarcalismo e de uma sociedade heteronormativa, o discurso de ódio é direcionado aos grupos LGBTQIA+, resultando em um número altíssimo de assassinatos no Brasil, e a altíssima violência doméstica contra as mulheres. Sem contar que a violência verbal do discurso de ódio, como diz Butler, é sentida também no corpo.

Na atual conjuntura digital, o discurso de ódio é usado fortemente nas mídias sociais, com os recursos visuais e tecnológicos próprios à linguagem cibernética, fortalecendo ainda mais o poder de cooptação do discurso e ampliando enormemente o público a ser sequestrado para as manipulações antidemocráticas.

## CONCLUSÃO

O Discurso de ódio presente na fala bolsonarista impossibilita ou dificulta a construção de uma identidade de gênero como afirmação de liberdade, como, por exemplo, o acesso aos espaços públicos das instituições e às liberdades da e na vida privada posto que tende a subordinar a mulher e a inferiorizá-la. Além do sofrimento emocional, que traz a dor psíquica, existe também a dor da violência corporal, podendo se transformar em feminicídio. Sofrimento e morte causados pela diminuição da mulher, pela sua inferiorização e sua invisibilização.

O Discurso de ódio age sobre os processos de subjetivação da mulher, inferiorizando-a para torná-la submissa. Na conjuntura bolsonarista, longe das alianças políticas democráticas, é possível falar de um processo identitário das mulheres que tem um modelo de subjetivação atrelado ao neoliberalismo que idealiza e requer a mulher submissa, domesticada, mas ao mesmo tempo empreendedora. O que significa mais trabalho doméstico sem remuneração e afastamento da mulher dos espaços públicos, mas também fazendo, simultaneamente, alguma atividade trabalhista para complementar o orçamento familiar.

## MISOGINIA E DISCURSO DE ÓDIO NO GOVERNO BOLSONARO: NOTAS A PARTIR DE FOUCAULT E BUTLER. EK25047

Há uma concomitância cruel nesse quadro neoliberal. Por um lado, a permanência no lar entregue ao exercício do cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico em geral compõe a produção do capital reprodutivo, tão necessário à acumulação do Capital. Por outro lado, a ausência ou diminuição dos serviços públicos pelo Estado ou o fim de algumas políticas públicas, característico do neoliberalismo, pressionam a mulher a trabalhar em pequenos negócios para a cobertura de serviços privados, como saúde e educação. Portanto, uma sobrecarga para a mulher.

Ainda na pegada bolsonarista, moralmente, a submissão feminina ao homem é justificada no quadro de um neoliberalismo atrelado a certa vertente evangélica, pois não há o que questionar, posto que está escrito na Bíblia sagrada. A mulher tem que servir ao marido, seja pela inseparável união dos corpos, seja pela obediência moral. Assim, delineia-se um quadro de total submissão e domesticação feminina.

Concluo problematizando a atualidade da misoginia. Sim, pois ela permanece. E, se permanece, é porque já vem de antes, é continuação de algo. Se hoje nós mulheres ainda não temos acesso a determinados espaços públicos para trabalhar, ou simplesmente desfrutar da liberdade de cidadania, ou de não sermos vítimas de feminicídio, ou continuar responsável pelo trabalho reprodutivo doméstico sem remuneração, ou não ser dona do próprio corpo e decidir sobre gravidez, ou não ser vítima de violência sexual, ou.... ou.... ou...

Em suma, o que digo é que os limites atuais das vidas das mulheres existem porque já foram delimitados desde longa data, desde o patriarcado. As naturalizações e as divinizações, com as quais são agasalhadas as mulheres, precisam ser desmascaradas. As pretensas verdades que são proclamadas para explicar o feminino são conjuntos de verdades inventadas pelos interesses de relações de poder, pelos discursos e pela ação performativa. Enfim, há que se entender as palavras misóginas do bolsonarismo a partir das relações de poder e também da potência dos discursos como elementos de processos de subjetivação, no caso, de desvalorização da existência feminina. Da mesma forma, há de se compreender o discurso misógino e de ódio bolsonarista a partir da chave da performatividade de Butler e de Austin, a palavra faz acontecer, ela não é somente som, mas criadora de realidades que podem, inclusive, ferir ou matar.

### REFERÊNCIAS

BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*; tradução Marcos Marcionilo, São Paulo, SP: *Parábola*, 2013 (Episteme).

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MISOGINIA E DISCURSO DE ÓDIO NO GOVERNO BOLSONARO: NOTAS A PARTIR DE  
FOUCAULT E BUTLER. EK25047

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault; tradução Beatriz de Almeida Magalhães*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Filô/Margens).

FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. In: *Laboratório de estudos discursivos*, Uberlândia, ano 2, 1-19, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*, 22ª impressão. tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (impressão 2012).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. L'armée quand la terre tremé. In: *Dits et écrits*, II (241). Paris: Éditions Quarto Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. Dialogue sur le pouvoir . In: *Dits et écrits*, II (221). Paris: Éditions Quarto Gallimard, 2001.

MARINHO, Cristiane M. *Corpo heterotópico como resistência aos processos de subjetivação identitária: algumas questões filosófico-educacionais*. Texto apresentado no IX Colóquio Internacional Michel Foucault, no Recife, em 16 de abril de 2015. Disponível em: <http://michelfoucault.com.br/?textos,37>

MARINHO, Cristiane Maria. O querosene do discurso de ódio na fogueira da violência de gênero. *Revista Aurora*, Marília, SP, v. 17, p. e024009, 2024. DOI: 10.36311/1982-8004.2024.v17.e024009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/15722>.



MARINHO, Cristiane Maria. *Misoginia e discurso de ódio no Governo Bolsonaro: Notas a partir de Foucault e Butler*. **Kalagatos**, Fortaleza, vol.22, n.3, 2025, eK25047, p. 01-11.

Recebido: 10/2025

Aprovado 11/2025

: